

Aviso n.º 7973/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguir se publica o despacho de designação, em regime de comissão de serviço, de Maria Helena Correia Araújo Saraiva, no cargo de Coordenador do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, com produção de efeitos a 1 de junho de 2016, pelo período de três anos, e respetiva nota curricular:

«No uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e considerando que:

O procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de Coordenador do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 3 de fevereiro de 2016; no jornal *Correio da Manhã* de 5 de fevereiro de 2016; na Bolsa de Emprego Público (Código n.º OE201602/0042) de 5 de fevereiro de 2016;

Analisadas as candidaturas admitidas no presente procedimento, constatou o júri nomeado para o efeito que a candidata Maria Helena Correia Araújo Saraiva reúne todos os requisitos legais para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau — Coordenador do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, sendo a candidata que melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do referido Gabinete, e tudo nos exatos termos e com a fundamentação melhor explicitada na proposta de designação, formulada pelo júri do presente procedimento, em anexo, em cumprimento do n.º 6 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que faz parte integrante do presente procedimento e que homologuei à data de 25/05/2016, tratando-se de candidatura que preenche, assim, as condições para ocupar o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo;

Designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, Maria Helena Correia Araújo Saraiva, candidata admitida no âmbito do procedimento supra referido, e com fundamento na apreciação final constante na proposta anexa.

O cargo para que a candidata é designada resulta do processo de reorganização dos serviços, consubstanciado na Estrutura Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Sintra, publicitada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014, não se encontrando provido em comissão de serviço.

O presente Despacho produz efeitos a 1 de junho de 2016.

Publicite-se a nível geral, interno.

Remete-se à próxima Reunião de Câmara, para conhecimento.

Município de Sintra, 27 de maio de 2016. — O Presidente da Câmara, *Dr. Basílio Horta*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria Helena Correia Araújo Saraiva.

Data de nascimento — 23 de junho de 1959.

Habilitações — Licenciatura em Direito, pela Universidade Lusófona, com média final de 13 valores.

Categoria — Técnica Superior (área funcional de Direito) do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Sintra.

Experiência profissional específica: exercício efetivo de funções dirigentes em cargos da Administração Pública e/ou no exercício de funções técnicas na área de atividade em que se insere o cargo posto a concurso, nos seguintes termos:

— De abril de 2011 a março de 2012 — Exercício de funções técnicas — Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais — Câmara Municipal de Sintra;

— De março de 2012 a outubro de 2015 — Coordenadora do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais — Câmara Municipal de Sintra;

— Desde outubro de 2015 — Coordenadora do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, em regime de substituição — Câmara Municipal de Sintra.

Formação Profissional mais relevante:

— Ação “Smartdocs”

— Ação “Adobe Acrobat”

— Ação “Adobe Acrobat AV”

— Ação “Outlook”

— Ação “Organização do Trabalho e Gestão do Tempo”

— Ação “SIADAP — Formação para avaliados”

— Ação “Gestão da Qualidade — Sensibilização para Dirigentes”

— Ação “SIADAP — Formação para avaliadores”

— Ação “Gestão de projetos financiados pelo Portugal 2020”

— Ação “Liderança Ressonante”

— IV Seminário sobre a Democracia Local: “Organização e Funcionamento das Assembleias Municipais — Perspetivas”

— XV Seminário de Justiça Administrativa: “Revisão do Código do Procedimento Administrativo”

— Conferência “A segurança jurídica nos registos e notariado e as novas tecnologias”

— Conferência “O Estado da Justiça Penal em Portugal”

— Conferência “O poder central e as autarquias”

— Conferência “Sistema Desportivo Português”

— Workshop “A Lei 75/2013 e os novos instrumentos de delegação de competências nas freguesias”

— Conferência “Vigilância Eletrónica”

— Conclusão da parte curricular do Mestrado em “Administração Pública”»

7 de junho de 2016. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria de Jesus Gomes*, por subdelegação de competências, conferida pelo Despacho n.º 1-PM/2013, de 29 de outubro.

309644147

MUNICÍPIO DE TOMAR**Aviso n.º 7974/2016**

Rui Miguel dos Santos Serrano, Vereador da Câmara Municipal de Tomar, faz público que, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Tomar, em sessão ordinária realizada em 28 de março de 2016, deliberou, nos termos do n.º 1, do artigo 13.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, aprovar a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana de Cem Soldos. Mais informa que, nos termos do n.º 4, do artigo 13.º, do RJRU, os elementos que acompanham o projeto de delimitação da área de reabilitação, poderão ser consultados no sítio da internet da Câmara Municipal de Tomar, www.cm-tomar.pt e na Câmara Municipal de Tomar, no horário normal de expediente.

16 de junho de 2016. — O Vereador da Câmara Municipal de Tomar, *Rui Serrano*.

209665986

MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**Aviso n.º 7975/2016****Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Torres Novas — Rio Almonda**

Pedro Paulo Ramos Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, torna público que a Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 24 de maio de 2016, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal relativa ao projeto de delimitação da área de reabilitação urbana de Torres Novas — rio Almonda, elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com alterações da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, conforme planta anexa.

Mais se informa que, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, os elementos que acompanham o projeto de delimitação da área de reabilitação urbana de Torres Novas — rio Almonda, poderão ser consultados no sítio da internet da Câmara Municipal de Torres Novas, em www.cm-torresnovas.pt e na Divisão de Administração Urbanística, no horário normal de expediente.

13 de junho de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Pedro Paulo Ramos Ferreira*.



209662786

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS

Aviso n.º 7976/2016

Em cumprimento da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, faz-se público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com as seguintes trabalhadoras: Andreia Vanessa Dias Verdingola, com efeitos a 21 de outubro de 2015, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Margarida Gomes Mendes Pires, com efeitos a 14 de março de 2016, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Cláudia Cristina Filipe Gomes Pereira, com efeitos a 14 de março de 2016, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Ana Teresa dos Santos Cruz Morais Reis, com efeitos a 14 de março de 2016, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Ana Dulce Quitério Calheiros, com efeitos a 14 de março de 2016, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Maria Teresa Estronca Mendes Correia Carvalho, com efeitos a 06 de abril de 2016, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Liliiana Andreia Antunes Pereira, com efeitos a 06 de abril de 2016, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Em cumprimento da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, faz-se público que cessaram as relações jurídicas de emprego público, dos seguintes trabalhadores, pelos seguintes motivos: Por aposentação, António Patrício Nazaré Santos, com efeitos a 01 de agosto de 2015, posicionado entre a 7.ª e a 8.ª posição remuneratória, entre o nível remuneratório 7 e 8 da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Maria da Conceição Barreiros Pinto Ismael, com efeitos a 01 de outubro de 2015, posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 2 da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Luiz Augusto Alves da Silva, com efeitos a 01 de novembro de 2015, posicionado entre a 6.ª e a 7.ª posição remuneratória, entre o 6 e o 7 nível remuneratório da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Lucinda Maria Santos Silva, com efeitos a

01 de novembro de 2015, posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 2 da categoria de assistente operacional da mesma carreira; João Manuel Lourenço Teodoro, com efeitos a 01 de maio de 2016, posicionado entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória, entre o 3 e o 4 nível remuneratório da categoria de assistente operacional da mesma carreira. Por denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, Ana Cristina Alves Pereira Sampaio Fortunato, com efeitos a 01 de outubro de 2015, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1 da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Ema do Carmo Teixeira Mimoso, com efeitos a 07 de dezembro de 2015, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1 da categoria de assistente operacional da mesma carreira; Bruno Miguel dos Santos Valentim, com efeitos a 01 de janeiro de 2016, posicionado na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1 da categoria de assistente operacional da mesma carreira. Por cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, Francisco José Porfírio Alves, com efeitos a 17 de fevereiro de 2016, posicionado na 5.ª posição remuneratória, nível remuneratório 5 da categoria de assistente técnico da mesma carreira.

7 de junho de 2016. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, nos termos do Despacho n.º 9507, de 04.12.2015, o Vereador, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

309658614

Aviso n.º 7977/2016

Torna-se público, para cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que por meu Despacho n.º 1224, de 01 de fevereiro de 2016, foi designado para o cargo de Responsável da Unidade de Planeamento Estratégico e Territorial, Carlos Fernando Costa Figueiredo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, cujo conteúdo se transcreve: “Considerando que o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Torres Vedras (ROSMTV) foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2014 e publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 95, de 19 de maio de 2014, e que a sua entrada em vigor ocorreu a 01 de julho de 2014; Considerando que através do Aviso n.º 1637/2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 29, de 11 de fevereiro de 2015, na Bolsa de Emprego Público, com o código OE201502/0108, em 11 de fevereiro de 2015, no “Diário de Notícias”, edição de 02 de março de 2015 e ainda na página eletrónica do Município, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento de cargo de direção intermédia de 3.º grau — Responsável da Unidade de Planeamento Estratégico e Territorial (UPET); Considerando que decorridos os procedimentos legalmente previstos, o júri do procedimento concursal apresentou proposta de designação, constante da ata da reunião de 14 de setembro de 2015, do candidato Carlos Fernando Costa Figueiredo, por o mesmo reunir os requisitos legais definidos no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, para o recrutamento de cargos de direção intermédia do 3.º grau, e deter as experiências profissionais e o perfil adequado ao exercício do cargo de Responsável da Unidade de Planeamento Estratégico e Territorial, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação. Determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pelo n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, em conjugação com o artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a designação, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, do candidato Carlos Fernando Costa Figueiredo, Técnico Superior, para o cargo de Responsável da Unidade de Planeamento Estratégico e Territorial da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Nos termos do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o provimento é feito à data de 01 de fevereiro de 2016.

Nota Curricular

Habilitações académicas e formação especializada — concluiu em 1992 a Licenciatura em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da universidade Técnica de Lisboa e em 6 de julho de 2000, pela mesma universidade, o Mestrado em Planeamento Regional e Urbano. Em 2012 concluiu o Programa de Formação em Gestão Pública — FORGEP. Desde 1993 a 2014 frequentou diversos cursos, ações de formação e de enriquecimento profissional, entre outras, nas áreas de ordenamento e gestão do território e urbanismo, ambiente e sustentabilidade, urbanização e edificação, regeneração urbana e tecnologias de informação e comunicação.

Experiência profissional — entre 1992 e 1998 foi arquiteto em regime liberal e desde essa data até 2010 exerceu as funções de técnico superior